



Walter Delgatti Neto, responsável por divulgar os diálogos que mostraram a relação inadequada entre Moro e os procuradores da Lava-Jato, desembarca em Brasília para falar de urnas eletrônicas

Bolsonaristas se reúnem com hacker

» FABIO GRECCHI

O hacker Walter Delgatti Neto se encontrou com Jair Bolsonaro e com o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, ontem de manhã, para conversarem sobre as urnas eletrônicas. Ele foi levado pela deputada Carla Zambelli (PL-SP), que negou o encontro, confirmado pelo advogado do pirata cibernético, Ariovaldo Moreira. A campanha presidencial queria saber se o processo de votação pelas urnas eletrônicas e de apuração, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), são, de fato, seguros.

O encontro entre os três foi trazido à tona pelas jornalistas Andreia Sadi e Natuza Nery, da *Globo News*, e se realizou no Palácio da Alvorada — residência oficial do presidente. Delgatti ficou conhecido por ter invadido contas no aplicativo Telegram e divulgou conversas do episódio que ficou conhecido como Vaza Jato — que trouxeram as trocas de mensagens entre a força-tarefa da Procuradoria Geral da República (PGR), chefiada por Deltan Dallagnol, e o então titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, Sergio Moro, onde corriam as ações relacionadas à Operação Lava-Jato. Os diálogos expuseram um jogo combinado entre os dois lados, cujo principal resultado foi a anulação de várias condenações, entre elas a do agora presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O episódio foi revelado pelo site *The Intercept*.

Vermelho

Delgatti — que atendia pelo apelido de Vermelho no submundo da web — foi preso em julho de 2019, junto com Danilo Cristiano

Reprodução/Redes Sociais



Delgatti teria sido levado ao presidente por deputada, que negou. Mas confirmou que mantém contato com ele

Marques, Gustavo Henrique Elias Santos e Suelen Priscila de Oliveira. Foram alvo da Operação Spoo-fing, que segundo a Polícia Federal (PF) desarticulou uma “organização criminosa que praticava crimes cibernéticos”. Os investigadores constataram que quarto acessou contas de autoridades no Telegram. O hacker aguarda o julgamento em liberdade.

Indagada se foi a responsável por levar Delgatti ao encontro com Bolsonaro — que não se manifestou — e Costa Neto, Carla Zambelli negou, mas admitiu que “está em contato” com o hacker — que veio a Brasília acompanhado pelo advogado, que teria sido dispensado pelo cliente por “quebra de confiança”. O defensor, porém, não participou do encontro com

Bolsonaro e Costa Neto e voltou antes para Araraquara (SP). Ariovaldo confirmou que a razão do encontro foi para atender a pedidos para que o hacker auxiliasse aliados de Bolsonaro na fiscalização das urnas.

O encontro chama a atenção por causa dos frequentes ataques do presidente e de seus apoiadores às urnas eletrônicas e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Sempre que pode, Bolsonaro diz que o sistema é vulnerável, mas nunca apresentou provas disso. Também disse que venceu a corrida ao Palácio do Planalto, em 2018, no primeiro turno, e que podia confirmar isso. Porém, nunca mostrou as provas da vitória antecipada sobre o adversário de então, Fernando Haddad (PT).

YouTube retira vídeo

» INGRID SOARES

O YouTube retirou do ar, ontem, a transmissão do presidente Jair Bolsonaro (PL) na qual ele atacou as urnas eletrônicas, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e descreditou o processo eleitoral brasileiro para representantes diplomáticos acreditados no país. O vídeo foi feito em 18 de julho, no Palácio da Alvorada.

A medida está amparada na decisão do YouTube de não deixar no ar falsas acusações sobre as eleições de 2018 e também de postagens que questionem o resultado das eleições de 2014 — cuja vitória de Dilma Rousseff foi questionada pelo adversário de então, o hoje deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG), sem que nenhuma ilicitude fosse constatada pelo TSE.

“A política de integridade eleitoral do YouTube proíbe conteúdo com informações falsas sobre fraude generalizada, erros ou problemas técnicos que supostamente tenham alterado o resultado de eleições anteriores, após os resultados já terem sido oficialmente confirmados. Essa diretriz agora também se aplica às eleições presidenciais brasileiras de 2014, além do pleito de 2018”, justificou a rede, por meio de nota.

A plataforma também tirou do ar vídeos que questionavam as circunstâncias da facada sofrida por Bolsonaro na pré-campanha em 2018, em Juiz de Fora (MG). Por duas vezes em investigações, a Polícia Federal (PF) concluiu que Adélio Bispo, preso no mesmo dia, agiu sozinho no crime e que ele tem problemas mentais.

“Nossa política de discurso de ódio proíbe conteúdo que negue, banalize ou minimize eventos históricos violentos, incluindo o esfaqueamento de Jair Bolsonaro. O discurso de ódio não é permitido no YouTube, e removeremos material sobre o esfaqueamento de Jair Bolsonaro que viole esta política se não fornecer contexto educacional, documental, científico ou artístico no vídeo ou áudio”, salientou o YouTube. Desde o início do voto eletrônico no Brasil, adotado a partir de 1996, nenhum caso de fraude foi identificado e comprovado.

Na mesma data da reunião com embaixadores, a plataforma removeu uma live, feita em julho de 2021, na qual Bolsonaro fazia acusações sem provas contra a segurança das urnas eletrônicas.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Uma Rosa no comando do STF

Não, esse texto não tem nada a ver com o velho samba de Nelson Cavaquinho, em cuja a alegoria poética o espinho quer apenas passar com sua dor, jamais machucar a flor. Estamos tratando da eleição da ministra Rosa Weber para a Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), ontem, para liderar a Corte de 12 de setembro até outubro de 2023, quando se aposentará compulsoriamente, ao completar 75 anos. Assumirá no lugar do ministro Luiz Fux, em pleno curso do processo eleitoral, tendo como vice-presidente Luís Roberto Barroso, um dos alvos preferidos dos ataques do presidente Jair Bolsonaro (PL) ao Supremo.

Como magistrada, Rosa é uma rosa de ferro, acostumada a tomar decisões difíceis. Na segunda-feira, por exemplo, enviou para a Procuradoria-Geral da República (PGR) um pedido de investigação de Bolsonaro por ter feito ataques ao sistema eleitoral, sem provas, durante encontro com embaixadores estrangeiros.

Deu sequência à ação na qual parlamentares da oposição questionam a conduta do presidente por abuso de poder econômico, improbidade administrativa e crime contra o Estado democrático de Direito. Houve forte reação da opinião pública e das chancelarias estrangeiras aos ataques que Bolsonaro fez ao sistema eleitoral brasileiro, principalmente à urna eletrônica, à Justiça Eleitoral e aos ministros Edson Fachin, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e Alexandre de Moraes, que assume o comando da Corte durante as eleições.

Apesar de pôr mais lenha na fogueira das tensões entre Bolsonaro, o espinho, e o Supremo, essa foi uma decisão de praxe, pois cabe à PGR decidir se pede a instauração de apurações formais contra autoridades com foro privilegiado, o que é muito improvável. O procurador-geral da República, Augusto Aras, é um aliado quase incondicional de Bolsonaro. Provavelmente, a PGR pedirá o arquivamento do caso, como vem fazendo sistematicamente em assuntos que envolvem o presidente. Nos bastidores, Aras é uma das autoridades que mais se queixam da atuação do Supremo, que teria usurpado atribuições do Executivo e do Legislativo, segundo afirma nos bastidores da Praça dos Três Poderes.

Gaúcha de Porto Alegre, Rosa Weber tomou posse na Suprema Corte em 2011, depois de ter sido indicada pela então presidente Dilma Rousseff. Presidiu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 2018 a 2020, ou seja, durante a eleição de Bolsonaro.

Fez carreira na Justiça do Trabalho, na qual ingressou em 1976, como juíza substituta no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (Rio Grande do Sul). Em 1981, foi promovida ao cargo de juíza-presidente, que exerceu sucessivamente nas Juntas de Conciliação e Julgamento de Ijuí, Santa Maria, Vacaria, Lajeado, Canoas e Porto Alegre.

Judicialização

Pela própria trajetória como magistrada, Rosa é protagonista de um fenômeno polêmico, que vem sendo muito questionado e também estudado no Brasil: a judicialização da política, a partir de uma concepção formal sobre as atribuições e relações entre os poderes. O debate político, porém, deu à expressão, cujo sentido é normativo, um caráter pejorativo.

A rigor, há dois modelos em discussão. No primeiro, trata-se de uma República constitucional com predomínio das instâncias eleitorais-majoritárias de representação, na qual o Judiciário é voltado à aplicação da lei aos casos individuais e com limitada interferência nas decisões legislativas e governamentais. É mais ou menos nesse campo que se posicionam Bolsonaro, os militares que ocupam o Palácio do Planalto, os políticos do Centrão que dão sustentação ao governo e Aras.

O outro modelo consagra a cooperação e complementariedade entre os poderes nas decisões políticas, com base na Constituição de 1988, que deu ao Estado brasileiro as características de uma democracia ampliada, com maior participação da sociedade civil nas agências governamentais. Nesse modelo, o Judiciário tem o papel de formular os valores compartilhados e servir de canal de expressão para grupos minoritários cujos direitos não são levados em conta pela representação da maioria. Nesse contexto, ao longo dos últimos 20 anos, o Supremo emergiu como poder moderador na relação entre os poderes Executivo e Judiciário e entre o Estado e sociedade, ocupando espaços na definição de políticas públicas e na garantia de direitos sociais, sempre que o Executivo os contrariava ou o Legislativo se omitia, como nos casos do aborto, das terras indígenas, das relações homoafetivas etc.

A existência da Justiça Trabalhista e da Justiça Eleitoral, que antecedem a Constituição de 1988, já era expressão dessa tendência, que ganhou mais vigor a partir da democratização do país. São inúmeros os temas nos quais o STF é demandado em ações diretas de inconstitucionalidade (Adins) para garantir direitos de entes federados ou dos cidadãos em sua relação com o Estado.

Rosa tende a reafirmar essa tendência à frente do Supremo, até por uma questão de essência doutrinária e trajetória pessoal na magistratura.

Exército não substitui coronel

Reprodução/Redes sociais



Sant'Anna deixou a avaliação das urnas devido à falta de isenção

O Exército reclamou formalmente, ontem, da expulsão pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do coronel Ricardo Sant'Anna da comissão das Forças Armadas que fazia trabalho de fiscalização das eleições, e desistiu de indicar um substituto. O oficial foi desligado do grupo pela Corte após virem à tona mensagens de viés político e desinformação sobre as urnas eletrônicas publicadas em redes sociais.

Por meio de nota interna, o Exército queixou-se da forma como o TSE conduziu o caso, excluindo o oficial sem consultar o Comando-Geral nem o Ministério da Defesa. “Baseado em ‘apuração da imprensa’, e de forma unilateral, sem qualquer pedido de esclarecimento ou consulta ao Ministério da Defesa ou ao Exército Brasileiro, o TSE ‘descredenciou’ o militar. Dessa forma, o Exército não indicará substituto e continuará apoiando tecnicamente o MD (Ministério da Defesa) nos trabalhos julgados pertinentes”, diz o comunicado da Força Terrestre.

Na nota, o Exército defendeu Sant'Anna, apesar da repercussão negativa do episódio, que expôs falta de controle sobre o uso das redes sociais pelo oficial em afronta às normas da caserna. “Especificamente em relação ao oficial, cabe destacar que foi selecionado mercê de sua inequívoca capacitação técnico-científica e de seu desempenho profissional”, diz o texto. “Todavia, após tomar conhecimento das notícias veiculadas, já no final da semana passada, o Exército, como usualmente faz nesses casos, buscou esclarecer os fatos antes de tomar quaisquer providências, eventualmente precipitadas ou infundadas.”

O Comando do Exército não esclareceu a que tipo de procedimento de apuração o coronel



Em relação ao oficial, cabe destacar que foi selecionado mercê de sua inequívoca capacitação técnico-científica”

Nota do Exército em reação à expulsão de Ricardo Sant'Anna da comissão de fiscalização do TSE

foi submetido. A informação anterior dava conta de que ele poderia ser alvo de um procedimento de apuração de transgressão

disciplinar ou a uma sindicância. O caso seria conduzido inicialmente pelo general responsável pelo Centro de Desenvolvimento de Sistemas (CDS), ao qual Sant'Anna é vinculado.

O Exército promoveu uma seleção interna para a escolha do substituto de Sant'Anna. O nome mais cotado era o do tenente-coronel Gleyson Azevedo da Silva.

A nomeação, porém, não foi oficializada. Assim como o antecessor, o tenente-coronel fez postagens de viés político em redes sociais. A publicação mais direta envolve mensagens como “Lula na cadeia” e “Fora PT”.

Em ao menos três publicações antigas no Instagram, Gleyson manifestou-se contra os petistas, a esquerda e os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.